

Centro de Estudos Bahianos

DEOLINDO AMORIM

A Bahia nos Gabinetes Ministeriais da Monarquia

32(814.2)
A524
ex.2

PUBLICAÇÃO
ADOR-BAHIA

38

CENTRO DE ESTUDOS BAHIANOS

Fundado em 31 de julho de 1941, o Centro de Estudos Bahianos tem como finalidade precípua promover estudos de quaisquer assuntos referentes ao desenvolvimento cultural e material da Bahia, realizar obra elucidativa do passado bahiano, publicando trabalhos relacionados com os seus objetivos, colaborando, quando possível, com os poderes públicos e com particulares na orientação de questões de interesse do Estado.*

De acôrdo com os seus Estatutos aprovados em sessão de 10 de março de 1943, foram considerados sócios fundadores: 1 — Anfrisia Santiago — 2 — Afonso Rui. 3 — Afrânio Coutinho. 4 — Antônio Balbino. 5 — Antônio Osmar Gomes. 6 — Diógenes Rebouças. 7 — Frederico Edelweis. 8 — Heitor Fróis. 9 — Hélio Duarte. 10 — Hermann Neeser. 11 — João Augusto Calmon. 12 — José A. Prado Valadares. 13 — Jorge Calmon de Bittencourt. 14 — José Calasans. 15 — Luciano de Sá Bittencourt. 16 — Luiz Viana Filho. 17 — Miguel Calmon Sobrinho. 18 — Miguel Dias Lima Santos. 19 — Nestor Duarte. 20 — Oldegard Vieira. 21 — Oscar Caetano da Silva. 22 — Osvaldo Valente. 23 — Presciliano Silva. 24 — Raimundo Paturi, 25 — Rômulo Almeida, 26 — Walter Veloso Gordilho. 26 — Waldemar Matos.

Cat. III

32(814.2)
A524



20.757

vol. 2

A BAHIA NOS GABINETES MINISTERIAIS DA MONARQUIA

I —

A participação da Bahia nos Gabinetes Ministeriais, tanto no 1.º Reinado quanto na Regência e no 2.º Reinado, ainda é um tema de interesse histórico, embora possa parecer pouco significativo, desde que nos atenhamos apenas ao aspecto rotineiro da sucessão dos Ministérios. Se, por um lado, não se pode atribuir á Bahia uma posição de preponderância na composição dos Gabinetes da Monarquia, uma vez que outras Províncias, notadamente Minas, S. Paulo e Pernambuco, também concorreram muito ao jôgo político dos revezamentos partidários, não deixa de ser verdade, por outro lado, que a Bahia figurou em onze Gabinetes, inclusive entre os que tiveram mais ressonância na vida política do país, interna e externamente. Fôsse como fôsse, apesar de não haver critério geográfico, mas simplesmente político, na seleção dos elementos que se alternavam no Govêrno, a contribuição da Bahia deve ser estimada entre as mais notáveis, sobretudo nos últimos anos da Monarquia.

Dentro do sistema em que se realizavam as freqüentes composições entre **Liberais** e **Conservadores**, pois eram as duas forças políticas que decidiam a constituição dos Gabinetes, seria impossível fazer previsão de regularidade ou duração. Houve Ministérios efêmeros como houve, até, um Ministério que ficou na História com o apelido de **Ministério de três dias**, a despeito de haver passado seis dias no Poder. Foi, como se sabe, o brevíssimo e falado Gabinete de 24 a 30 de junho de 1862, sob a presidência de Zacarias de Góes, baiano dos mais eminentes. O fenômeno condiz muito bem com as experiências políticas do Parlamentarismo, especialmente nos povos ainda sem grande maturidade histórica, como era o caso do Brasil. Não seria razoável, todavia, responsabilizar o mecanismo do

sistema parlamentar pela instabilidade ministerial, porquanto alguns Gabinetes, apesar da notória falta de continuidade, conseguiram manter-se durante períodos relativamente prolongados. Já se pode inferir, daí, que a transitoriedade não era propriamente uma decorrência do Parlamentarismo, mas das próprias condições políticas do país. A República, sob o presidencialismo, também teve Ministérios instáveis, pelo menos nos primeiros anos, especialmente no intranquilo Governo de Floriano. Nenhum dos dois partidos do Império — nem o **Liberal** nem o **Conservador** — poderia envaidecer-se de longa permanência no Governo, visto como de um lado e de outro sempre ocorreram intermitências inevitáveis. A insegurança também não era uma peculiaridade ou deficiência deste ou daquele partido, porque as duas correntes partidárias tiveram Ministérios demorados sempre que as circunstâncias o permitiram. Não é, aliás, a primeira vez que nos preocupamos com este fenômeno político, pois dêle já tratamos, em trabalho apresentado ao II Congresso de História da Bahia, em julho de 1952.

De 1882 a 1889, teve a Monarquia 36 Gabinetes, e de todos êles, somente um foi além de quatro anos: o Ministério **conservador** de 7 de março de 1871, sob a chefia do Visconde do Rio Branco. Nem mesmo o Ministério de **conciliação**, formado por Honório Hermeto Carneiro de Leão, em 1853, permanecera tanto tempo, apesar dos bons prognósticos que lhe bafejara a insinuação política. Durante todo o 1.º Reinado, apenas dois Ministérios passaram de dois anos: o de 10 de novembro de 1823 e o de 20 de novembro de 1827. A época era de incerteza e apreensão, não há a menor dúvida, e por isso mesmo, nada mais explicável, mais compreensível do que as mudanças de ministros, por força das oscilações políticas. O 1.º Reinado teve ainda quatro Ministérios muito passageiros, variando entre poucos meses de um para outro, e terminou, forçosamente, com um Ministério de dois dias, o último de Pedro I, logo crismado, pela mordacidade popular, de **Ministério dos Medalhões**, porque constituído, realmente, de seis titulares brazonados: Marquês de Aracatí (**Estrangeiros**); Marquês de Inhambupe (**Império**); Marquês de Baependí (**Fazenda**); Marquês de Lages (**Guerra**); Marquês de Paranaguá (**Marinha**); Visconde de Alcântara (**Justiça**). Evidentemente, ainda não havia condições para a sucessão de Ministérios duradouros. Quando muito, alguns dêles se mantiveram entre um e dois anos, e não foram poucos os Ministérios tipo **relâmpago**, ainda que a expressão seja um pouco exagerada.

II —

A Regência, por sua vez, não teve sequer um Ministério de três anos, e não lhe faltaram homens de pulso, com excelentes

aptidões de comando para enfrentar as agitações que, naquele período, tanto perturbaram a vida nacional. Com a única exceção do Ministério de 13 de novembro de 1832, que se sustentou por dois anos e meses, todos os outros Ministérios tiveram pouca duração, tal qual se verificara no 1.º Reinado. A coroação de Pedro II, em julho de 1841, como desfêcho da situação precipitada pelos **liberais**, encerrou o govêrno regencial, mas nem por isso evitou a falta de continuidade ministerial. Tomemos, como exemplo, o fato de não haver chegado a um ano, pelo menos, o 1.º Ministério do 2.º Reinado, com os **liberais** á frente da situação: tendo-se formado a 24 de julho de 1840, logo no ano seguinte, a 23 de março, passava o Govêrno aos **conservadores**.

A transitoriedade ministerial não era, entretanto, um fenômeno puramente partidário, mas um fenômeno político vinculado a causas mais gerais. Observe-se, a propósito, que ainda mesmo quando um dos dois partidos assumia o Poder, havia mudanças constantes na gestão das pastas, como aconteceu, mais de uma vez, sob a mesma bandeira partidária. Entre 1844 e 48, por exemplo, o **Partido Liberal** ficou de posse do bastão político, e no entanto houve substituições e recomposições entre os seus próprios componentes. Em quatro anos — e este fato é ilustrativo — o mesmo partido, isto é, o **Partido Liberal** teve seis Ministérios. Seria falta de unidade ou estremecimento da disciplina partidária? Nêste caso, seria lógico admitir que o **Partido Conservador** padecia do mesmo mal, porque, tendo assumido o Govêrno com o Gabinete de 29 de setembro de 1848, embora ficasse no Poder até março de 62, também se viu obrigado a revezar os seus Ministérios, em número de cinco, no espaço de quase doze anos.

Mais de uma vez se verificaram situações semelhantes, ora com o **Partido Liberal**, ora sob o Govêrno dos conservadores. Nenhum dos dois Partidos conseguiu conservar, dentro de suas próprias fileiras, um Ministério de constituição inalterável por muito tempo. As substituições de Gabinetes ocorreriam, portanto, de qualquer modo, fosse qual fosse o Partido que estivesse no Govêrno. Logo, a falta de estabilidade ministerial não era, como pode parecer, um reflexo das alternativas partidárias. Se assim fôsse, bastaria que o **Partido Liberal** ou o **Partido Conservador** estivesse no leme da situação política para que os Ministérios se mantivessem nos postos, pelo menos durante a influência de seu Partido. Não é isto, entretanto, o que nos prova a história política do Império. Podemos, daí chegar a uma dedução: a instabilidade ministerial, que foi, a bem dizer, uma das características políticas da Monarquia, no

Brasil, não era uma "fatalidade partidária", mas um fenômeno compatível com as condições em que funcionava o regime, ainda sem grande acervo de experiência histórica.

III —

Apesar da mobilidade política, sujeita a tantas influências temperamentais, a Monarquia teve, indiscutivelmente, Ministérios de relêvo intelectual e administrativo, justiça se lhe há de fazer na crítica das instituições e dos homens do passado. Alguns desses Ministérios, e dos mais decisivos em determinados momentos, se projetaram sob a chefia de baianos, oriundos das duas correntes partidárias. Muito antes, aliás, quando ainda não existia o cargo de **Presidente do Conselho** (criado a 20 de julho de 1847), já se fizera sentir, em diversas oportunidades, a presença da Bahia na formação de Ministérios. Anteriormente á criação daquele cargo era a pasta do Interior que encabeçava a composição ministerial, tanto assim, que vinha em primeiro lugar na ordem de colocação das Secretarias de Estado. Já na organização do 2.º Ministério da Independência, constituído a 17 de julho de 1823, encontramos um baiano, precisamente na pasta de **Estrangeiros**, o mesmo titular que iria fazer parte, mais tarde, de dois Ministérios, em 1826 e 1829: José Joaquim Carneiro de Campos (1.º Visconde e Marquês de Caravelas), doutor de Coimbra, como tantos outros brasileiros. Miguel Calmon du Pin e Almeida, também egresso dos bancos de Coimbra, já bastante vinculado ao pronunciamento das Câmaras do Recôncavo baiano em favor da Independência, figurou no Ministério de 4 de dezembro de 1829, na fase inicial de sua notável carreira política. Antônio Luiz Pereira da Cunha (Marquês de Inhambupe) foi Ministro no mesmo período. Baiano, como Abrantes e Caravelas.

Pouco depois, durante a Regência, um grupo de nada menos de cinco baianos viria ilustrar as pastas do **Império e Estrangeiros**, **Justiça e Fazenda**; José Lino Coutinho, Manoel Alves Branco, Francisco Gé Acayaba e Montezuma, Miguel Calmon e Francisco Carneiro de Campos. O último desta relação era antigo magistrado e ex-membro da Constituinte de 1823. Entre a consolidação da Independência e a **Maioridade**, diversos titulares baianos deixaram traços apreciáveis de capacidade, naquêlê agitado período da vida brasileira. O Marquês de Caravelas defrontou-se com problemas dos mais delicados, principalmente ainda na fase das negociações do reconhecimento da Independência. José Bonifácio, como titular do 1.º Ministério organizado sob a Independência, dera os primeiros passos. Todavia, a ação de Caravelas, que o sucedeu, não poderia decorrer sem repercussão externa, principalmente pela circunstância de,

áquela época, ainda subsistirem preocupações com a Santa Aliança. Reacionária por excelência, a Santa Aliança pretendia recompôr, fôsse como fôsse, não apenas o poderio das Corôas ameaçadas pela onda revolucionária, mas a velha ordem abalada. Embora o fermento da agitação já estivesse espalhado, de um modo incontido, por tôda a América do Sul, a posição do Brasil não poderia deixar de ter importância especial para a Santa Aliança, pela circunstância de ser, na realidade, a única Monarquia firmada entre os fôcos republicanos. Embora situado ideológica e geográficamente na faixa dos acontecimentos revolucionários, o Império fortalecia, pelo menos a idéia de continuidade conservadora. Nosso país seria naturalmente, em tal situação, uma espécie de ponte para a reação do Velho Mundo aos pronunciamentos republicanos. O Velho Mundo — bem entendido — aquêle que se concentrava na coligação de Tronos, e não, evidentemente, a Europa já inflamada pelos movimentos renovadores.

Diz Oliveira Lima: Para a Santa Aliança o império brasileiro, embora vasado num molde constitucional, representava a única sobrevivência, na América, do princípio monárquico europeu e era, assim, uma porta de entrada mais acessível para os interesses do Velho Mundo no Novo Mundo. A direção dos negócios estrangeiros, naquele momento de tanta gravidade e desconfiança, era o ponto de convergência das maiores preocupações nacionais. A Independência ainda não havia sido reconhecida pelas potências estrangeiras. Bem difícil, já se vê, foi a ação do Marquês de Caravelas, o baiano José Joaquim Carneiro de Campos, como segundo titular da espinhosa pasta, logo depois da separação entre o Brasil e Portugal, conquanto a sua passagem por aquêlo pôsto não tivesse sido demorada. Foi na gestão de Carneiro de Campos que se completaram as providências para a missão do Marquês de Barbacena junto ao Gabinete de Londres, como negociador do reconhecimento.

No officio que dirigiu á Assembléia Constituinte, em 3 de novembro de 1823, pouco antes de se afastar do Ministério, assim se expressava Carneiro de Campos a propósito da viagem de Barbacena: Fazendo-se muito necessário ao reconhecimento, progresso e estabilidade da independência política do Império do Brasil, que se envie quanto antes a Londres um habil negociador munido dos precisos plenos poderes para tratar de negócios importantes a êste Império: ordena-me Sua Magestade o Imperador participe a V. Exa. para ser presente na assembléia geral constituinte legislativa, que cumprindo nomear pessoa que a um decidido patriotismo, inteligência e destriedade política, reuna os indispensáveis conhecimentos da situação, e bem entendidos interesses de ambas as nações, se tem

lembrado do marechal Felisberto Caldeira Brant... Sendo Barbacena deputado á Constituinte, o Governo devia as necessárias explicações áquele órgão legislativo. É verdade que Barbacena estivera na Inglaterra, não fazia muito tempo, com instruções de José Bonifácio, para tratar de interesses do Império do Brasil, bem como do reconhecimento de seu Governo, antes da emancipação. Justamente por isso mesmo, a importante incumbência que levava Barbacena ao Reino Unido, da primeira vez, não poderia ter, por enquanto, o caráter de uma diligência diplomática para o reconhecimento da Independência, pois esta ainda não havia sido proclamada.

Deu-se, até, um episódio imprevisto durante a ação de Barbacena em Londres. Não tendo sido expedida imediatamente a comunicação oficial da mudança que se operara no Brasil, em consequência do rompimento definitivo com Portugal, Barbacena foi surpreendido quando, em face do edital de convocação da Câmara do Rio de Janeiro, já para a cerimônia da aclamação do 1.º Imperador, o Ministro Canning exclamou com indisfarçável surpresa: **Como entender isto, Senhor General?** Logo, o problema do reconhecimento ainda não está em foco, áquela altura da situação. O encaminhamento oficial dos entendimentos com o Governo britânico, em termos de apoio á Independência, começou em novembro de 1823, com o Marquês de Caravelas na direção dos negócios exteriores. Seu nome está naturalmente associado á histórica missão de Barbacena, em sua segunda viagem á Inglaterra, o que, aliás, é bem compreensível, porque as condições internas do país, nos primeiros meses de vida independente, não poderiam permitir a serenidade necessária para a solução dos problemas de ordem externa. Não foi medíocre, portanto, a curta passagem de Caravelas pela pasta de Estrangeiros. Tendo sido deputado á Assembléia Constituinte, como representante da Província do Rio de Janeiro, em substituição a Gonçalves Ledo, que nem chegara a tomar posse, Caravelas levava, sem dúvida, boa experiência política para os negócios diplomáticos. Ledo caíra, desde cedo, no desagrado de José Bonifácio. Ainda perduravam, sob a gestão de Caravelas no Ministério de Estrangeiros, inevitáveis receios quanto ao problema do reconhecimento da Independência, inclusive no que dizia respeito á política de Portugal, tanto mais que uma das Províncias, precisamente a Bahia, estivera em luta contra o Exército português até 2 de julho de 1823.

Recorde-se, ainda que de passagem, a correspondência provocada pela viagem do marechal Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, que fôra, como se sabe, representante da Bahia junto ás Côrtes de Lisboa. A chegada de Luiz Paulino ao Rio, depois de haver estado na Bahia, coincidiu com a gestão de Carneiro de Campos na Secretaria de Estado dos Negócios Ext-

riores. A situação de Luiz Paulino repercutiu de tal formá, na Assembléa Constituinte, que o deputado Ribeiro de Andrada (Martim Francisco) chegou a requerer á Mesa, de que era Secretário Maciel da Costa, que mandasse ler não só os officios de Luiz Paulino, como as cartas régias e o officio do Govêrno Provisório da Bahia, pois era preciso — dizia o deputado paulista — ouvir essa papelada tôda, como se lê no registro da movimentada sessão de 10 de setembro de 1823.

No primeiro officio, Luiz Paulino informáva que apenas chegara ao Brasil com **bandeira parlamentar**a, para tratar da evacuação da Bahia, segundo as instruções que trazia de Portugal. Apesar disto, tais eram as condições do momento, a presença do antigo marechal, também baiano como o Ministro de Estrangeiros, inspirava preocupações no seio do Govêrno e da Assembléa. É o que demonstra o officio em que Carneiro de Campos, como titular do **Império e de Estrangeiros**, pedia á Assembléa, em nome do Imperador, que resolvesse o problema, na seguinte alternativa: ou mandar regressar o bergantim em que viajara Luiz Paulino, ou dizer se era conveniente conservá-lo a bordo até que chegassem os outros emissários de Portugal, pois **nas circunstâncias atuais** — acrescentava o Ministro de Estrangeiros — **não parece convir o seu desembarque, apesar do máu estado de saúde que éle pondera**. No officio em que, a 8 de setembro de 1823, Carneiro de Campos se comunicava com o marechal, perguntava explicitamente se estava munido de **podêres para reconhecer, em nome de sua Magestade Fidelíssima, a independência do Império do Brasil**, pois o Govêrno desta Nação, como frisava o Ministro, não estava disposto a **ouvir proposições algumas da parte do Govêrno português, nem a entrar em ajustes ou negociações quaisquer, sem que lhe sirva de base e condição "sine qua" o reconhecimento da independência e sua importante dinastia**. Apesar das explicações do marechal, reafirmando, em novo officio, que se achava no Brasil simplesmente para negociar a suspensão das hostilidades e a evacuação da Província da Bahia, ainda ha pouco ensanguentada pela luta contra o general Madeira de Melo, o Govêrno punha dúvidas sôbre os verdadeiros objetivos de sua viagem, pois a Junta Provisória da Bahia, em officio de 27 de agosto de 1823, declarara textualmente: **Com a chegada do mencionado marechal sentiu-se alguma agitação no povo, que começou a receiar-se de que éle vinha atraçoar a Província e trabalhar para reduzi-la outra vez a unir-se a Portugal e que aquêles officios certamente continham insinuações e talvez ordens positivas para êsse fim...** Enquanto se discutia sôbre o desembarque ou não, Luiz Paulino insistia em sua defesa perante o Ministro de Estrangeiros: **cumpre-me unicamente, para tirar êste viso de enigma, dizer a**

V. Exa. que eu não sei quais as instruções que por sua Magestade Fidelíssima haviam de ser dadas ás pessoas de sua confiança.

A situação era realmente confusa, porque, a despeito das declarações de Luiz Paulino, as cartas régias dirigidas ao chefe de divisão João Felix, ao próprio Luiz Paulino e ao Govêrno da Bahia falavam coincidentemente em cessão das hostilidades e evacuação da Bahia, enquanto pelas pessoas de minha confiança, que ora envio ao Rio de Janeiro, se não ajustam as condições da evacuação total. Depois da leitura de tôda a correspondência enviada pelo Govêrno, a Assembléia passou a discutir o problema para optar alternativamente pelo desembarque, pelo sequestro ou pelo regresso do marechal a Lisboa. O deputado Henrique de Rezende declarou-se convencido da inconveniência do desembarque e propôs radicalmente o sequestro da embarcação, enquanto Ferreira França era de opinião que o Govêrno brasileiro não tratasse com os agentes de Portugal. A Assembléia resolveu, por fim, permitir o desembarque do marechal, em virtude do precário estado de saúde em que se encontrava. Tais ocorrências, simplesmente citadas, sem apreciação crítica, dão idéia bem clara do ambiente em que José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas) dirigiu a pasta de Estrangeiros, no início do 1.º Reinado. Ministro por mais de uma vez, depois dêsse delicado período, foi ainda membro da Regência Provisória, em 1831. Conquanto alguns de seus atos políticos sejam suscetíveis de críticas, deixou uma fôlha de notáveis serviços ao país e muito illustrou a representação da Bahia tanto no Govêrno, como no Parlamento.

Ao nome de José Joaquim Carneiro de Campos seguem-se os de Alves Branco, Lino Coutinho, Francisco Gé Acayaba e Montezuma e Miguel Calmon, baianos que se distinguiram em diversos Ministérios, durante a Regência, entre 1831 e 1840. Foi, indiscutivelmente, uma pléiade vigorosa. Manoel Alves Branco (2.º Visconde de Caravelas), ocupou as pastas da Justiça, Estrangeiros, Império e Fazenda. José Lino Coutinho, membro do Ministério de 17 de julho de 1831, muito impulsionou a instrução, em pouco mais de um ano, na pasta do Império, apesar das condições desfavoráveis da Regência, em relação aos problemas administrativos. Como diz o Professor Roberto Acioly, em trabalho publicado ha pouco tempo, Lino Coutinho introduziu reformas marcantes no ensino, inclusive até os exercícios de ginástica e jogos, como que antevendo, ha mais de um século, a influência da educação física na formação da juventude. Lembra muito bem o ilustre Professor do Colégio Pedro II, a propósito da administração de Lino Coutinho: Desde logo tratou êle da instrução pública, e um dos estabelecimentos que

reformou foi o Seminário de S. Joaquim, para o que obteve o decreto legislativo, sancionado a 11 de setembro de 1831. Deve-lhe o tradicional Colégio Pedro II os benefícios de uma reforma inteligente, ainda em seus pismórdios. Sua administração, no Ministério, também se fez sentir no ensino jurídico e nas belas artes. Era, inegavelmente, um homem público de grande popularidade; basta lembrar o que se passou no dia em que assumiu a direção da Pasta, como escreve Mário Torres: **O povo, no dia de sua posse, formou extenso tapete de lenços, desde a sua casa até a porta do Parlamento. E êle fêz o trajeto a pé, sem regalias de autoridade, no meio de aplausos frenéticos da multidão.** A Bahia teve nêle, um de seus mais insignes representantes

IV —

Se foi brilhante a contribuição política da Bahia nos Ministérios da Regência, não foi menos brilhante nos Ministérios do 2.º Reinado, em circunstâncias diferentes, é certo, mas principalmente em ocasiões a bem dizer decisivas na vida nacional. Miguel Calmon du Pin e Almeida figurou, mais de uma vez, em composições ministeriais, conquanto não tivesse chegado à Presidência do Conselho, e foi, como se sabe, o Ministro de Estrangeiros que enfrentou a falada Questão Inglesa ou **Questão Christie**, em 1862. Ninguém, mais do que êle, naquela emergência histórica, soube zelar com maior intransigência a dignidade nacional contra as descabidas exigências do inabil diplomata britânico. Ministro também foi o grande baiano Francisco Gonçalves Martins. O Marquês de Monte Alegre, também baiano, antigo membro da Regência, ministro do Gabinete Conservador de 29 de julho de 1868, sob a chefia do Marquês de Olinda, chegara à presidência interina do Conselho. João Carlos Pereira de Almeida Torres (Visconde de Macaé) foi Ministro do **Império** duas vêzes e, ainda, Presidente do Conselho no Gabinete Liberal de 8 de março de 48. Certamente nem todos os baianos que passaram pelos Ministérios ou pela Chefia dos Gabinetes tiveram a projecção de Alves Branco, Paranhos, Zacarias, por exemplo. No cômputo geral, entretanto, o que se prova, com isto, é que a posição política da Bahia, nas três fases do Império, tanto foi relevante em razão do prestígio da velha Província, como também pelo valor pessoal de alguns de seus estadistas. Não fosse a Bahia chamada, naquele tempo, a "Virgínia brasileira"... Quem poderia negar, entre tantos outros varões eminentes, a grande significação política de Zacarias de Góes, apesar de suas conhecidas caturrices de intransigente **decurião** parlamentar? Foi, a tôdas as luzes da crítica histórica, uma das expressões mais altas da vida pública do Império.

Parece-nos oportuno lembrar que o primeiro ocupante da cadeira de Presidente do Conselho foi um baiano: Manoel Alves Branco, Ministro dos mais capazes, já experimentado na gestão de mais de uma pasta; também baiano era José Carlos Pereira de Almeida Torres, o segundo titular daquele cargo. Alves Branco chegara ao apogêu da carreira política depois de fecunda atividade parlamentar, a julgar-se por algumas idéias e reformas de que se fizera portavoz, como a elaboração do Código Criminal, a modificação do processo eleitoral, o aperfeiçoamento do sistema de arrecadação e outras iniciativas de ordem econômica e financeira. Coube-lhe, ainda, quando Ministro da Fazenda, e com bastante antecedência, reforçar a idéia, já antiga, da criação do Tribunal de Contas da União. Presidente do Conselho no Gabinete de 22 de maio de 1847, Alves Branco já havia demonstrado qualidades de chefe, podendo ombrear-se, pelos seus méritos, com os mais ilustres condutores políticos em todo o curso do 2.º Reinado.

Depois de Alves Branco (2.º Visconde de Caravelas) sete baianos foram Presidentes do Conselho, nos seguintes Gabinetes:

José Carlos Pereira de Almeida Torres
(Visconde de Macaé)
Gabinete Liberal de 8 de março de 1848

Ângelo Muniz da Silva Ferraz
(Barão de Uruguaiana)
Gabinete Conservador de 10 de agosto de 1859.

Zacarias de Góes e Vasconcelos
Gabinete Liberal de 24 de maio de 1862
Gabinete Liberal de 15 de janeiro de 1864
Gabinete Liberal de 3 de agosto de 1866

José Maria da Silva Paranhos
(Visconde do Rio Branco)
Gabinete Conservador de 7 de março de 1871

José Antônio Saraiva
Gabinete Liberal de 28 de março de 1880
Gabinete Liberal de 6 de maio de 1885

Manoel Pinto de Sousa Dantas
Gabinete Liberal de 6 de junho de 1884

João Maurício Wanderley
(Barão de Cotegipe)
Gabinete Conservador de 20 de agosto de 1885

Há, sem dúvida, umas tantas figuras que marcam muito bem o esplendor da Bahia nos Ministérios do 2.º Reinado, enquanto outras, já pela posição política, já pelas suas condições pessoais ou pela falta de circunstâncias favoráveis, não chegaram à culminância das legítimas "águias do Império". A Bahia teve, porém, e é fato notório, uma constelação de homens notáveis nos quadros dirigentes da política imperial. Apesar das contradições políticas ou de certas qualidades pessoais, que tanto os separaram nas lutas partidárias, alguns deles revelaram alto nível político, nos moldes mais adiantados da época, apesar de erros inevitáveis, pois não há homem público que não tenha pontos vulneráveis à crítica. Seja qual fôr o prisma por que se há de julgar um por um, em razão do feitio pessoal ou de intransigências ideológicas, os estadistas baianos constituíram, inegavelmente, um escol dos mais influentes na vida nacional.

Angelo Muniz da Silva Ferraz, Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda em 1859, subira ao Poder em momento de menos ressonância do que, por exemplo, o momento histórico de Zacarias ou Paranhos; no entanto, em relação à parte financeira de sua administração, demonstrou aptidões de um timoneiro forte, notadamente contra a inflação, problema bem mais velho do que parece. Embora sujeito às influências predominantes em sociedade liberal-individualista, educado sob as concepções de uma economia ainda prêsa ao regime escravocrata, como todos os políticos de seu tempo, Ferraz tinha uma filosofia social bem esclarecida: **É melhor prevenir do que suprimir as causas da miséria.** Assim pensava êle, ha um século, quando pronunha a reforma das Caixas Econômicas e das instituições de Monte Socorro.

Quem lê o relatório de Ferraz, como titular da Fazenda, principalmente o capítulo relativo a empréstimos populares, ainda encontra idéias atuais. Reconhecia as imposições das necessidades populares, mas previa o abuso, a agiotagem disfarçada, a exploração do próprio povo: **É por certo melhor prevenir o mal do que aplicar-lhe o remédio, por mais eficaz que este seja.** . . . Já naquele tempo, com a distância de cem anos, a riqueza fácil era um problema que ameaçava a estrutura econômica pelo desequilíbrio social. Sentenciava o enérgico Ministro da Fazenda de 1859: **Riquezas colossais dêste modo por força da fraude se têm erguido. A crônica dessas casas (referia-se a Caixas, instituições de socorro, etc.) delata uma infinidade de torpezas.** Como solução aconselhavel, preconizava a criação de estabelecimentos capazes de fazer empréstimos razoáveis, para aliviar a situação das classes pobres e evitar a exploração. O mesmo fenômeno verificou-se, não ha muito tempo, durante a

montante inflacionária que se seguiu á II Guerra. A História sempre se repete, também nos exemplos de usura...

Ferraz insurgia-se contra o aparecimento de bancos clandestinos. Não era sem razão, portanto, que encarecia a necessidade da repressão por meio de estabelecimentos idôneos: **Este é o único meio eficaz de aniquilar êsses banqueiros clandestinos, que arrastam a uma inevitável ruína, à miséria e muitas vêzes ao crime os que, por qualquer circunstância ou por fatalidade, se vêem privados dos meios de vida:** As diretrizes econômico-financeiras de Ferraz estão resumidas no Decreto 1083, de 22 de agosto de 1880, no qual se refletem os seus propósitos sôbre Bancos de Emissão, meio circulante, Caixas Econômicas e Companhias de Seguro. Tôdas as suas preocupações se concentravam na defesa da economia popular. Era, para o seu tempo, um homem de visão social muito ampla. Veja-se a disposição inicial do Decreto, no art. 1.º: **Nenhum dos Bancos criados por Decretos do Poder Executivo poderá emitir, sob forma de notas ou bilhetes ao portador, quantia superior ao termo médio de sua emissão operada no decurso do primeiro semestre do corrente ano, enquanto não estiver habilitado para realizar em ouro o pagamento de suas notas...** Vejamos, agora, o artigo 2.º § 19: — **Os Montes Socorro não poderão fazer outras operações senão as de empréstimos de dinheiro sôbre penhor, pela taxa de juro que o Govêrno anualmente fixar, e a prazo nunca maior de nove meses.**

Sem demagogia, sob condições sociais muito diferentes das tendências da vida moderna, Ferraz já pensava, na segunda metade do século XIX, como se fôra um homem público integrado nos fenômenos sócio-econômicos da realidade atual. Era, inegavelmente, uma vocação de homem de Estado, sejam quais fôrem os seus êrros políticos. Vêmo-lo, depois, na direção da pasta da Guerra, no início da campanha contra o ditador do Paraguai. Não foi um Ministro decorativo, apesar de não ter familiaridades com os problemas militares. Não foram pequenas as dificuldades que lhe desafiaram as energias: incompatibilidades pessoais entre chefes militares, substituição de comando, encaminhamento das operações, reorganização de recursos para as tropas. Ao lado de Pedro II, no acampamento de Uruguaiana, assistiu à rendição das tropas paraguaias, sob o comando de Antônio de Estigarribia, sem derramamento de sangue, no dia 18 de setembro de 1865. A presença de Ferraz, naquela praça de guerra, não se restringiu à imposição protocolar, por força do cargo de Ministro, mas antes tomou um sentido muito prático, porque, ali mesmo, determinou providências imediatas, como se vê, pela leitura dêste ofício, dirigido a Francisco Otaviano: **O estado de penúria em que se acha**

o exército aqui acampado e a provavel demora dos recursos de que posso dispor nesta Província, atento o estado das estradas, a enchente dos rios, a falta ou incapacidade dos meios de transporte, me obriga a lançar mão do único meio que me resta nestas circunstâncias, em que vejo os hospitais em estado deplorável, a tropa nua e a cinco meses sem receber sôlido, etc., etc., e vem a ser o de autorizar a V. Ex. a fazer quaisquer operações de crédito e remeter para êste acampamento até a quantia de quinhentos contos de réis, e tudo que fôr necessário para remediar êstes males; previnindo-lhe de que ao General Osório officie para que me envie do Salto alguns artigos. E porque não reste tempo para officiar ao Ministro da Fazenda esta resolução, V. Ex. lhe enviará por cópia. (Officio de 12 de setembro de 1865, redigido no acampamento em frente a Uruguaiana).

Em seguida às determinações mais urgentes, no momento, dirigiu-se êle próprio, em companhia do general Frederico Caldwell e do major Miguel Meireles, ao acampamento paraguaio a fim de ultimar a capitulação e conferenciar com o chefe Estigarríbia, cuja espada, pela mão de Ferraz, seria entregue, logo depois, ao Imperador do Brasil, não propriamente como troféu, pois não houve luta, mas como símbolo, muito mais honroso, de uma submissão inevitável, sem desdouro para o vencedor. Convém lembrar que, na ausência de Ferraz, Saraiva respondeu pela pasta da Guerra, como Ministro de Estrangeiros do mesmo Gabinete. Como Ferraz e Saraiva, também Paranhos, Cotegepe e Muritiba foram Ministros durante a guerra contra Solano Lopez, e Ministros das pastas mais espinhosas: Estrangeiros, Guerra e Marinha. Zacarias de Góes e Vasconcelos foi presidente do Conselho e Ministro da Fazenda quando a campanha estava, depois da batalha de Tuití, atravessando uma de suas fases cruciais. Apesar de suas intransigências, que a muitos parecia ostentação de ortodoxia partidária, Zacarias dirigiu o Governo com cérebro e pulso de estadista naquela seríssima contingência histórica, precisamente quando mais urgente se tornava o equilíbrio da ordem financeira para atender às exigências da defesa nacional. Imune de êrros ou desacertos políticos? Não, evidentemente. E quem o fôra, antes dêle, na direção da coisa pública? Nomeado anteriormente primeiro Presidente da Província do Paraná (criada em 1853) deixara provas de administrador zeloso e competente. Quem, daí por diante, daria maior lustre ao nome da Bahia nas altas esferas da política federal?

A Bahia continuou em brilhante ascensão política, em diversos Gabinetes Ministeriais, depois de Zacarias. Paranhos, por exemplo, é uma de suas glórias, não apenas em virtude da Lei do **Ventre Livre**, que foi a mais bela conquista do Ministério Con-

servador de 7 de março de 1871, mas pelo seu valor pessoal. Antes de ser Presidente do Conselho, José Maria da Silva Paranhos já havia tido ação das mais notáveis, como diplomata, em missão especial, por ocasião das complicações do Prata, tanto quanto Saraiva e Cotegipe. Não é exagero dizer que Paranhos (pai) chegara à direção de nossa política externa, em 1871, já aureolado de prestígio pela nobreza de suas decisões em Assunção, logo que se confirmou a derrota do Paraguai, após cinco anos de guerra. Paranhos organizou, em Assunção, um Governo composto de cidadãos paraguaios, dando ao mundo civilizado uma das maiores lições de respeito à Nação vencida e de acatamento aos melindres da dignidade humana. O Brasil não tripudiou, portanto, sobre a Nação paraguaia e, com esse humanitário procedimento, Paranhos elevou muito o Império Brasileiro perante a opinião internacional. Seu grande filho, o Barão do Rio Branco, escreveu sobre a situação do Paraguai e a missão Paranhos: **Com restos esparsos desse povo infeliz, Paranhos reorganizou o Paraguai, salvando essa nacionalidade e mostrando ao mundo que o Brasil não queria, como era crença geral, a conquista ou a partilha daquele país.** Como bem aduz Heitor Lyra, a política imperial para com o Paraguai, terminada a guerra, não se afastou por um momento da honestidade que sempre mantivera. Coube ainda a Paranhos, quando Ministro de Estrangeiros, promover reformas internas de efeitos benéficos na administração de sua pasta. Nem todos os estudiosos da história de nossa diplomacia sabem, por exemplo, que Paranhos foi, como titular das Relações Exteriores, um dos percursores do crédito de seleção de pessoal destinado à carreira diplomática. O que se veio a realizar, muito mais tarde, com a criação do atual Instituto Rio Branco, já havia sido previsto, naturalmente de modo diferente, pela aguda compreensão do primeiro Paranhos, com a mesma idéia de formar elementos capazes para lidar com os problemas da política externa.

Como Paranhos, finalmente, apesar das dessemelhanças psicológicas e dos antagonismos políticos, Saraiva, Dantas e Cotegipe devem ser considerados legítimos continuadores do prestígio ou da linha de influência política da Bahia nos últimos decênios do Império. Dantas fôra presidente das Províncias de Alagoas e Bahia. Saraiva não era apenas um homem de partido, mas um homem público afeito a situações difíceis. Provou-o, e com altivez, em circunstâncias diversas. Afonso Celso, que o conheceu de perto, traça-lhe o seguinte retrato psicológico: **Possuía predicados especiais, exercia magnetismo pessoal pouco vulgar. Bom senso, faro agudo das ocasiões, arte em aproveitar, idéias claras e práticas, confiança em si, conhecimento do meio em que vivia, prudência, altivez, geito sob aparências rudes,**

manha disfarçada em explosões de brutal franqueza, conferiam-lhe imperturbável autoridade. Contudo, a personalidade do ilustre baiano transcende a configuração do perfil. Exercera a presidência de quatro Províncias: Piauí, Alagoas, Pernambuco e S. Paulo. Fundador de Teresina, sob o seu Governo efetuou-se a mudança da Capital do Piauí, a 16 de agosto de 1862, não sem grande oposição, principalmente na velha Cidade de Oeiras, antiga sede do Governo provincial. Ministro de Estrangeiros do Gabinete Araujo Lima, em 1865, luta pela livre navegação no Amazonas, cuja perspectiva internacional já lhe era bem clara naquele tempo. Ainda sob a vigência daquele Gabinete, à frente da pasta, lança protesto diplomático, em 1866, contra o bombardeio do porto chileno de Valparaíso pela esquadra espanhola. A reforma eleitoral, consubstanciada na lei de 9 de janeiro de 1881, instituindo a eleição direta, foi um de seus maiores triunfos políticos, já no fim de uma carreira parlamentar das mais longas e ativas do 2.º Reinado. Se, do ponto de vista intelectual, não reunia o lastro e o engenho de um Zacarias ou de um Paranhos, por exemplo, Saraiva demonstrou, inegavelmente, larga visão política, assim como não lhe faltou o verdadeiro estilo de homem de Estado. Duas vezes Presidente do Conselho no antigo regime, teria sido, talvez, com a sua habilidade, o sustentáculo da Monarquia, pelo menos durante algum tempo, se atendesse ao apêlo do Imperador para formar o Ministério que deveria suceder ao de João Alfredo, em 1888. A República seria inevitável, mais dia menos dia, e nenhuma força poderia deter a marcha dos acontecimentos, mas a confiança de Pedro II na capacidade e experiência de Saraiva, na hora em que a crise militar e econômica chegara ao auge, é uma prova de que o estadista baiano conservou a sua posição de respeitabilidade até às últimas tentativas de sobrevivências das instituições monárquicas. Sua opinião ainda era acatada em razão da autoridade moral e política.

A abolição agravara a crise pelo lado econômico, e já o conselheiro Dantas, na presidência do Conselho, no Gabinete Liberal de 6 de junho de 84, colocara a questão servil em termos bem equilibrados: nem parar, nem retroceder, nem precipitar. Sob a chefia de Cotegine, o último baiano elevado à Presidência do Conselho, igualmente titular da pasta de Estrangeiros, a questão militar havia chegado ao termo decisivo. Não seria mais possível contornar os atritos e afastar o abismo que rondava os últimos passos do Governo. O Gabinete Conservador de 20 de agosto de 1885, o ante-penúltimo da Monarquia, justamente por haver sido um dos Gabinetes mais difíceis, pôs a energia de Cotegine às mais duras provas. Vencido pela conjuntura da situação político-militar, não capitulou, não saiu do Governo com a "dignidade arranhada". Podemos dizer, final-

mente, que, a despeito de tôdas as críticas de que foram alvo, ora justas, ora injustas, os três baianos que conduziram a nau da Monarquia, com os últimos Gabinetes, não se apagaram nas sombras da mediocridade, mas engrandeceram os postos mais altos da vida pública pela inteligência e pela nobreza de atitudes, ainda que passíveis de reparos, em determinados momentos. A Bahia pode ufanar-se, portanto, de sua participação nos Ministérios da Monarquia, precisamente em momentos dos mais graves de nossa história política.

Deolindo Amorim

Referências bibliográficas

- "O Barão Homem de Melo na presidência da Bahia" **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n. 77, 1952.
- Oliveira Lima — **O Movimento da Independência**
- Anais da Câmara dos Deputados -- 1823**
- Roberto Accioli — "O Colégio Pedro II e a Educação Nacional. **MEC** (Publicação do Ministério da Educação e Cultura) n. 10, março—abril de 1956.
- Mário Torres — **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n. 62, 1936.
- Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho — **A Bahia nas Côrtes Gerais de Lisboa de 1821** (Centro de Estudos Bahianos, vol. 32).
- Antônio Loureiro de Souza — **Bahianos Ilustres**
- Max Fleuiss — **História Administrativa do Brasil**
- Relatório** de Manuel Alves Branco, como Ministro da Fazenda, 1840, pg. 22
- Relatório** de Ângelo Moniz da Silva Ferraz, como Ministro da Fazenda, 1860, pg. 83.
- Ten-Cel. Augusto Fausto de Sousa — "**A Redenção de Uruguiana Separata** da "Revista Trimestral do Instituto Histórico", sem indicar o ano e o volume.
- Heitor Lyra — **Ensaio diplomáticos**
- Afonso Celso — **Oito Anos de Parlamento.**
- A. Camillo de Oliveira — "Educação para a Diplomacia". **Carta Mensal da Confederação Nacional do Comércio**, 1958, n. 38.
- Cristiano Castelo Branco — "Saraiva-Estadista do Império e fundador do Teresina. **Jornal do Comércio** (Rio). 22 de junho de 1949.

PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDO BAHIANOS

- 1 — Capelas Antigas da Bahia — Prof.^a Anfrisia Santiago — **Esgotado.**
- 2 — O Primeiro Teatro do Brasil (Docs. de 1733) — Afonso Rui — **Esgotado.**
- 3 — Um Discurso de Silvio Romero — José Calasans — **Esgotado.**
- 4 — O Príncipe de Joinville no Brasil — Frederico Edelweiss — **Esgotado.**
- 5 — A Colônia Leopoldina (1858) — Hermann Neeser — **Esgotado.**
- 6 — O Cacau na Economia Brasileira — Frederico Edelweiss — **Esgotado.**
- 7 — O Cronista e a Crônica do Brasil — Alberto Silva — **Esgotado.**
- 8 — Um Depoimento Diplomático (Correspondência do consul americano da Bahia — 1821 - 1823) Cid Teixeira.
- 9 — Amor de Príncipes (1843) — Afonso Rui — **Esgotado.**
- 10 — O Processo dos Eclesiásticos da Inconfidência Mineira — Alberto Silva — **Esgotado.**
- 11 — Estadistas Baianos do Império — Afonso Rui — **Esgotado.**
- 12 — Um Documento Inédito sôbre as Fortificações da Cidade do Salvador — Alberto Silva — **Esgotado.**
- 13 — Padroeiro da Cidade do Sálvador — José Lima — **Esgotado.**
- 14 — A Guerra de Canudos na Poesia Popular — José Calasans — **Esgotado.**
- 15 — Sobre a Campa Brazonada no Convento do Carmo — Hermann Neeser.
- 16 — Um Diário Inédito da Bahia no Século 17 — O Galeão
- 17 — “Nossa Senhora do Populo” — Luiz Monteiro da Costa — **Esgotado.**
- 18 — Contribuição ao Estudo das Sesmarias — Waldemar Matos — **Esgotado.**
- 19 — Contribuição ao Estudo dos Morgados no Brasil — Cid Teixeira — **Esgotado.**

- 20 — O Forte que foi arrematado em Hasta Pública — Luiz Monteiro da Costa
- 21 — Um Agitador Baiano : Cipriano José Barata — Afonso Rui
- 22 — Contribuição ao Estudo do Ciclo das Festas Tradicionais — Antônio B. Príncipe — **Esgotado.**
- 23 — O Pregoeiro da República (Virgílio Clímaco Damázio) — Antônio de A. Aragão Bulcão Sobrinho.
- 24 — A Bahia de 1676 vista por um Médico Francês — Arnold Wildberger — **Esgotado.**
- 25 — Crônicas da Bahia — Antônio Viana
- 26 — Esplendor e Agônia do Instituto Bahiano de Agricultura (1859-1902) Arquimedes Pereira Guimarães — **Esgotado**
- 27 — Romanceiro Político Nacional — José Calasans — **Esgotado.**
- 28 — A Lenda de Sumé na Historiografia Bahiana — Alberto Silva — **Esgotado**
- 29 — O Engenheiro Jesuíta Stafford — Luiz Monteiro da Costa — **Esgotado.**
- 30 — Arte Brasileira (Bibliografia Comentada) — José Valadares — **Esgotado.**
- 31 — O Sítio do Arraial e da Sepultura de D. Marcos Teixeira — Monsor. Manuel de Aquino Barbosa.
- 32 — A Bahia nas Côrtes de Lisboa — Antônio de A. Aragão Bulcão Sobrinho.
- 33 — A Proclamação da República na Bahia — (Aspectos folclóricos) — Hildegardes Viana.
- 34 — Primórdios do Ensino da Química na Bahia — Arquimedes Pereira Guimarães.
- 35 — Festas populares da Bahia — Joaquim de Sousa Brito
- 36 — Dois Caudilhos — Frederico Edelweiss.
- 37 — Curiosidade da Cidade do Salvador — George Abreu

Tôda correspondência deve ser dirigida ao Secretário Geral Dr. Afonso Rui, à Praça Almeida Couto n. 9 — Bahia.

Publicações do Centro de Estudos Bahiano e
da Imprensa Oficial da Bahia.